

Sarney vai tentar convencer parlamentaristas

BRASÍLIA — Os líderes do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), e do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), estão organizando uma lista de constituintes parlamentaristas, especialmente da Comissão de Sistematização, aos quais o próprio Presidente Sarney pedirá apoio para a manutenção do presidencialismo. Depois de conversar ontem com o Presidente, Lourenço garantiu que Sarney está disposto a "entrar com firmeza no assunto", pois não aceita o parlamentarismo em nenhuma das suas formas.

— O Presidente não vê, no momento, uma maioria parlamentarista capaz de sustentar essa tese — argumentou o Deputado, embora, pelas normas regimentais, caiba aos presidencialistas apresentarem maioria para derrubar o sistema proposto no substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Segundo Lourenço, paralelamente ao trabalho de indicar ao Presidente Sarney os constituintes que ainda possam mudar de idéia, os líderes presidencialistas terão que esclarecer que "a forma ideal de Governo para o País" não é o sistema de gabinete.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, que comanda uma bancada de 16 deputados e se declara parlamentarista, revelou que foi convidado pelo Presidente Sarney a acompanhá-lo na viagem que fará amanhã a Barretos, em São Paulo:

— Ele não me disse se queria conversar sobre sistema de governo



Sant'Anna ouve o Presidente dizer que falará com firmeza aos parlamentaristas

mas, se me pedir apoio para o presidencialismo, eu pedirei o dele para o parlamentarismo.

Righi aprova o chamado neo-parlamentarismo, com eleições diretas para a Presidência da República.

Para o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, há indícios de que o número de parlamentaristas — grupo de que faz parte — esteja diminuindo em relação ao apontado por várias pesquisas há cerca de dois meses. Frisou, porém, que não participará de qualquer ofensiva para derrubar o parlamentarismo:

— O sistema de governo não é objeto de posição partidária, nem deve ser uma imposição. Não gosto do sistema misto mas, se não conseguir mudá-lo através de alguma emenda, também não votarei pelo presidencialismo. Se não tiver alternativa, vou me abster — disse.

Na sua opinião, o que deve preocu-

par os constituintes é o risco de que em meio "à desarticulação geral, a inércia acabe permitindo a aprovação do sistema misto de governo sem que se consiga maioria absoluta para mudá-lo. Com várias esferas de poder, ele traz em si o germe da destruição".

Na bancada do PFL no Senado, onde os parlamentaristas são tidos como maioria, o sistema perdeu um voto considerado certo, o do Senador João Agripino (RN):

— A última Convenção do PMDB me mostrou que a classe política ainda é muito imatura para o parlamentarismo. Não existe um ordenamento na burocracia brasileira e receio que a classe política, formando ministérios com base no fisiologismo, prejudique o parlamentarismo. Estou revendo minha posição — declarou, embora se mantenha na defesa de mandatos de quatro anos para o Presidente Sarney e seus sucessores.

Sant'Anna afirma que Cabral está sendo infiel

BRASÍLIA — O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, acusou ontem o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, de não estar sendo fiel ao trabalho das subcomissões e da Comissão da Organização dos Poderes da Constituinte — as quais aprovaram "um parlamentarismo presidencializado" como sistema de governo — ao incluir em seu substitutivo uma proposta de parlamentarismo puro.

— O trabalho que saiu das comissões leva a um presidencialismo mitigado. O Deputado Cabral deveria ter partido daí. O que me surpreende é a volta a um parlamentarismo puro, que não é a tendência demonstrada pela Constituinte até agora — afirmou Sant'Anna, para quem a grande maioria dos constituintes é favorável a um parlamentarismo misto.

Ele ressaltou, entretanto, que ainda considera possível que o Relator venha a alterar o substitutivo, lembrando que sexta-feira passada Cabral assinalou que ainda havia pontos indefinidos e tudo estava sujeito a modificações. Disse que o Relator informou primeiro que o novo sistema só entraria em vigor para o sucessor do Presidente Sarney e repetiu esse ponto de vista na reunião com os líderes, mudando de opinião logo depois a fim de diminuir o prazo para 120 dias após a promulgação da Constituição.

Carlos Sant'Anna previu uma "crise de legitimidade" se for adotado o parlamentarismo proposto por Bernardo Cabral. Declarou que nesse caso haverá um choque entre um Presidente eleito com mais de 40 milhões de votos e um Primeiro-Ministro escolhido pela Câmara, eleito em 1986, sobre quem governará.

Álvaro Dias não quer pressionar a sua bancada

PORTO ALEGRE — O Governador Álvaro Dias manifestou ontem o propósito de não pressionar a bancada federal do PMDB paranaense em questões como a forma de governo e o mandato presidencial, pois "a Constituinte deve ser resultado das aspirações políticas coletivas e não de setores de um partido". Dias defende para Sarney um período de cinco anos, tomando por base as características da transição, mas acha que o mandato está condicionado ao sucesso do Plano Bresser:

— A questão econômica e social vai se refletir profundamente na Constituinte.

O Governador do Paraná considera ideal, para os futuros presidentes, o mandato de quatro anos com direito a uma reeleição. Defende o parlamentarismo, mas julga que este sistema deve ser precedido de eleições presidenciais.

Para Ulysses, ainda não é hora de um novo sistema

BRASÍLIA — Dois dias antes de ser apresentado formalmente às lideranças partidárias o substitutivo do Relator Bernardo Cabral que propõe o parlamentarismo, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, voltou a defender ontem o presidencialismo afirmando que o parlamentarismo "não daria certo agora".

Sem condenar diretamente o sistema parlamentarista, ele alinhou as vantagens do presidencialismo:

— É o sistema mais adequado porque é mais atuante, dá uma resposta mais pronta para países como o nosso. Acho que ainda devemos continuar com o presidencialismo, mas não um presidencialismo caudilhesco e sim com um Legislativo forte.

Ulysses prevê uma "feroz batalha" sobre o sistema de Governo não só na Comissão de Sistematização, mas também no plenário da Constituinte. Se a sua tese for derrotada, prefere um parlamentarismo puro a um sistema misto, ainda que tenha votado por essa fórmula durante reunião da bancada do PMDB na Constituinte, quando o presidencialismo obteve apenas nove votos na bancada.

— Ou se faz presidencialismo ou



Ulysses discute substitutivo com o Líder José Lourenço

parlamentarismo. Não se pode fazer uma coisa ambígua. Seria como o católico que diz ser católico mas não acredita na virgindade de Nossa Senhora — disse, bem-humorado.

Ele admitiu um sistema presidencialista com "institutos parlamentaristas que fortaleçam o Legislativo". Entre outros, citou a permissão para pedidos de informação pelo Congresso ao Executivo, frisando que, no caso de não serem respondidos, o infrator deve ser enquadrado por crime de responsabilidade. E, ainda, a possibilidade de convocação de Ministros ao plenário da Câmara ou do Senado e a comissões técnicas.

Mesmo sendo ardoroso defensor do presidencialismo, Ulysses contestou a crítica feita ao parlamentarismo de que o Primeiro-Ministro não pode ter mais poder do que o Presidente da República, eleito por milhões de votos:

— O Primeiro-Ministro tem os votos somados de todos os deputados e senadores — argumentou.

Ulysses disse que só vai conhecer formalmente o substitutivo amanhã, mas afirmou que o esboço, que já discutiu com o próprio Cabral, está "bastante enxuto, compactado, sem as incoerências que existiam no primeiro substitutivo".

O Presidente da Constituinte estava muito bem-humorado e nem mesmo diante das provocações do repórter demonstrou qualquer inclinação pelo sistema parlamentarista.

— No sistema parlamentarista, o senhor deve ser o Primeiro-Ministro. Isso não o sensibiliza?

— Você está lançando a minha candidatura. Muito obrigado. Mas quem está na política tem que ter o horizonte mais amplo.

— O senhor quer ser, então, Presidente da República?

— O que eu gostaria é que tivéssemos uma boa Constituição. Temos de ver os interesses do País e deixar de lado os projetos pessoais. Esses projetos são válidos mas não se pode fixar um objetivo a partir de um projeto pessoal.

Em outra entrevista, Ulysses disse que respeita a posição dos parlamentaristas e, democraticamente, acatará a decisão a ser adotada. Acrescentou que sempre defendeu o presidencialismo em comícios e não considerava traição ao povo a mudança do sistema de Governo:

— O povo, quando votou, sabia perfeitamente que estava votando em uma Constituinte soberana.